

As decisões na expansão do sistema elétrico

A. C. T. HOLTZ

O planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro costuma ser apresentado em três épocas às quais estão associados compromissos em níveis diferenciados de profundidade. O Plano 2010 não é, nem poderia ser, considerado na íntegra como um programa de obras.

A sua primeira parte, que coincide com o Plano de Recuperação Setorial — PRS, apresenta as medidas de mais curto prazo, as únicas consideradas como decisões já tomadas que devem ser implementadas até 1991. É o período em que se conhece melhor todas as implicações do programa a implantar, particularmente as de ordem financeira.

O PRS prevê, de 1989 a 1991, o início de operação das hidrelétricas de Três Irmãos, Taquaruçu, Balbina e Samuel e das termelétricas de Jorge Lacerda IV e Jacuí, além do prosseguimento de instalação de unidades geradoras em Itaipu, Tucurui, Itaparica e Boa Esperança. Prevê, também para esse período, o prosseguimento e/ou início de obras nas hidrelétricas de Segredo, Dona Francisca, Itá, Manso, Corumbá I, Porto Primavera, Nova Ponte, Miranda, Igarapava, Santa Branca, Serra da Mesa, Pedra do Cavalo e Xingó e das termelétricas de Candiota III e Angra II.

Os gastos com todas essas obras, bem como com as dos seus sistemas de transmissão e de distribuição, e com as instalações gerais das empresas, constituem-se a parte mais expressiva dos investimentos previstos naquele PRS.

Para que seja possível iniciar novas expansões do sistema após 1991, investisse também, no período mencionado, em estudos que permitem definir com mais clareza os empreendimentos futuros, que constam, por essa razão, do chamado Programa de Referência, que, no caso do Plano 2010, vai até o ano 2001.

Essa referência para a expansão contém todos os empreendimentos de geração aparentemente viáveis do ponto de vista econômico, cujos estudos mais aprofundados de engenharia, de custo, de impactos sócio-ambientais se justificam para que uma decisão sobre sua eventual implantação possa ser oportunamente tomada, de forma compatível com o atendimento do mercado que se propõe suprir. Serve, também, como referência para os estudos da expansão das linhas de transmissão associadas às usinas ou à interligação de grandes sistemas.

Além das usinas antes mencionadas, esse programa contém mais 11 termelétricas e 72 hidrelétricas,

entre as quais quatro na Amazônia, destacando-se, pelo seu porte, Belo Monte, no Rio Xingu, e Santa Isabel, no Rio Araguaia.

A terceira parte do Plano (2001 a 2010) visa a indicar que a estratégia de prosseguir com suprimento ao mercado predominantemente através de hidrelétricas é aparentemente praticável até o horizonte final da expansão, justificando, por exemplo, continuar os estudos de inventário para bacias ainda não estudadas na Amazônia.

A sistemática dos estudos sócio-ambientais introduzida em anos recentes no País colheu o processo decisório do setor elétrico em marcha e empreendimentos em diversas etapas de estudo. O que se está procurando fazer, até o momento, é adaptar esse processo o mais depressa possível, de modo a incorporar às decisões o maior número de considerações pertinentes.

Para os empreendimentos do PRS, uma vez que já se encontram em obras ou em início de construção, sómente está previsto mitigar os problemas sócio-ambientais identificados. Mas para outros, como os do Programa de Referência, ainda haverá eventualmente, tempo de modificá-los ou mesmo de não os realizar. Se estão nesse último caso os aproveitamentos de Referência, cuja constru-

ção começará de 1992 em diante, com maior razão estarão os demais, cuja operação só seria necessária entre 2001 e 2010.

De qualquer forma, no Programa Decenal de Geração, atualmente em estudo pelo Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos — GCPS e que compreende parte do Programa de Referência do Plano 2010, já se introduziram modificações devidas a aspectos sócio-ambientais.

Hidrelétricas como Belém e Pedra Branca, no Rio São Francisco; Santa Isabel, no Rio Araguaia; Ilha Grande, no Rio Paraná; e Capanema, no Rio Iguaçu, foram deslocadas no tempo e estão sendo consideradas alternativas que deverão ter menor impacto sócio-ambiental.

Atendendo, como patamar mínimo, à legislação do País, o setor elétrico está, portanto, preparando-se para proceder a todos os estudos necessários a avaliar corretamente os custos envolvidos em todos os seus empreendimentos, inclusive os de sentido tão abrangentes como os sócio-ambientais, para poder levá-los em consideração em seu processo decisório.

Antônio Carlos T. Holtz é engenheiro civil formado pela USP e secretário-geral do Ministério das Minas e Energia.